

Demonstrações financeiras

Instituto Península

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Instituto Península

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio social	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Conselheiros da
Instituto Península
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Instituto Península, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 12 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Dias F Silva', written over a horizontal line.

Leandro Dias F Silva
Contador CRC-SP278005/O

Instituto Península

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.450.497	1.838.782
Outros créditos		49.012	27.912
Total do ativo circulante		14.499.509	1.866.694
Ativo não circulante			
Depósito judicial	6.1	4.133.377	3.814.260
Imobilizado	7	123.581	151.186
Total do ativo não circulante		4.256.958	3.965.446
Total do ativo		18.756.467	5.832.140
Passivo e patrimônio social			
Passivo circulante			
Contas a pagar	8	413.525	1.177.488
Impostos e contribuições	9	530.096	374.482
Provisões trabalhistas		1.207.325	898.449
Total do passivo circulante		2.150.946	2.450.419
Passivo não circulante			
Contingências	6.1	4.133.377	3.814.260
Total do passivo não circulante		4.133.377	3.814.260
Patrimônio social			
Patrimônio social	10	12.472.144	(432.539)
Total do patrimônio social		12.472.144	(432.539)
Total do passivo e patrimônio social		18.756.467	5.832.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Península

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receitas operacionais			
Receitas para execução de programas e projetos	11	44.778.197	28.930.276
Obtenção de serviço voluntário	12	155.743	197.171
Total das receitas operacionais		44.933.940	29.127.447
Custos operacionais			
Custos para execução de programas e projetos	13	(28.930.402)	(28.400.960)
Resultado bruto		16.003.538	726.487
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14.1	(2.079.321)	(542.688)
Despesas administrativas	14.2	(1.508.865)	(2.033.174)
Apropriação de serviço voluntário	12	(155.743)	(197.171)
Total de despesas operacionais		(3.743.929)	(2.773.033)
Superávit/(déficit) operacional antes do resultado financeiro		12.259.609	(2.046.546)
Despesas financeiras	15	(10.502)	(1.973)
Receitas financeiras	15	655.576	170.594
Total do resultado financeiro		645.074	168.621
Superávit/(déficit) do exercício		12.904.683	(1.877.925)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Península

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit/(déficit) do exercício	<u>12.904.683</u>	<u>(1.877.925)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>12.904.683</u></u>	<u><u>(1.877.925)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Península

Demonstração das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social subscrito	Superávit/(déficit) Acumulados	Total do patrimônio social
Saldos em 1 de janeiro de 2023		1.397	1.443.989	1.445.386
Déficit do exercício		-	(1.877.925)	(1.877.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1.397</u>	<u>(433.936)</u>	<u>(432.539)</u>
Superávit do exercício		-	12.904.683	12.904.683
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1.397</u>	<u>12.470.747</u>	<u>12.472.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Península

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	12.904.683	(1.877.925)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido usado nas atividades operacionais		
Depreciação	52.721	53.859
Provisões trabalhistas	308.876	(1.235.217)
Custos para execução de programas e projetos	-	1.245.708
	13.266.280	(1.813.575)
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	(21.100)	21.997
Contas a pagar	(763.963)	(828.941)
Impostos e contribuições	155.614	112.222
	12.636.831	(2.508.297)
Caixa líquido gerado pela (aplicados nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(25.116)	(47.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(25.116)	(47.955)
	12.611.715	(2.556.252)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.838.782	4.395.034
No final do exercício	14.450.497	1.838.782
	12.611.715	(2.556.252)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Resumo dos principais projetos

O Instituto Península (“Instituto”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que possui sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277 – 22º andar, Sala 4 – Parte B – Jardim Paulistano.

O Instituto Península iniciou sua atividade em 07 de outubro de 2010 e até 29 de julho de 2021 desenvolvia suas atividades na entidade hoje denominada Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (CNPJ nº 12.663.239/0001-20). Em 29 de julho de 2021 a Entidade recebeu parte do acervo líquido, da Entidade Núcleo de Alto Rendimento Esportivo, a operação do Instituto Península continua as atividades nessa nova entidade (CNPJ nº 44.063.136/0001-16).

O Instituto Península tem como objetivo a promoção, apoio, patrocínio, investimento e desenvolvimento de atividades educacionais, assistenciais, culturais e esportivas, visando ao fortalecimento do processo de construção da cidadania.

O Instituto Península é uma organização do terceiro setor que atua nas áreas de Educação e Esporte desde 2011, quando foi fundada pela família Abilio Diniz. Em Educação o Instituto defende a melhoria da carreira docente porque acredita que o professor é o principal agente de transformação para uma Educação de qualidade no Brasil.

Por meio de ações de advocacy, produção de conhecimento e formação de professores, o Instituto Península atua de maneira sistêmica para o avanço de políticas públicas que impactem positivamente a atratividade, seleção, desenvolvimento e valorização da carreira docente.

Em 24 de março de 2025, a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

O Instituto Península tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

Programas e projetos próprios:

- **Projeto Vivescer**

A Vivescer é o programa do Instituto Península que atua na promoção do desenvolvimento integral e do bem-estar de professores oferecendo formações gratuitas, parceria com Secretarias de Educação e produção e disseminação de publicações.

- **Projeto Impulsiona**

Criado em 2017, o Impulsiona é um programa do Instituto Península que atua na promoção do esporte educacional. A estratégia do Impulsiona é dividida em: formação gratuita de professores de educação física, parceria com Secretarias de Educação estaduais e municipais e produção e disseminação de pesquisas.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Resumo dos principais projetos--Continuação

Projetos de Co-investimento:

- **Movimento Profissão Docente**

O Movimento Profissão Docente é uma coalização de institutos do terceiro setor que uniram esforços para influenciar e apoiar políticas públicas para a valorização e fortalecimento da profissão docente no país. O Movimento Profissão Docente atua juntamente com gestores, profissionais da educação e redes públicas de ensino para o avanço e implementação de melhorias para a carreira das professoras e professores.

A operacionalização do Movimento Profissão Docente é realizada pelo Instituto Península. Dessa forma, todas as receitas, custos e despesas relacionadas à execução do movimento, incluindo, eventos, programas de capacitação e ações de advocacy, estão refletidos neste relatório financeiro. Esse acompanhamento rigoroso das movimentações financeiras garante a transparência e a correta alocação dos recursos, permitindo que o Instituto Península demonstre de forma clara a gestão das atividades do Movimento Profissão Docente e seu impacto nas políticas educacionais e na valorização dos profissionais da educação.

Instituições do grupo:

- **Instituto Singularidades**

O Instituto Singularidades é uma faculdade que foi fundada a partir das novas necessidades de formação de professores, gestores da educação e de especialistas de ensino para o Brasil do século XXI. Oferece cursos de Graduação/Licenciatura, Pós-Graduação Lato Sensu, Extensão Universitária e Cursos Online, todos focados na área da educação. Além disso, também trabalha em parceria com redes públicas e privadas com foco na formação continuada.

- **NAR (Núcleo de alto rendimento)**

O Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo é um centro de excelência em estudo, avaliação, prescrição de treinamento esportivo e capacitação de técnicos e preparadores físicos, focado no alto rendimento de atletas e equipes profissionais.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Resumo dos principais projetos--Continuação

Programas e projetos de terceiros:

- **Todos pela Educação**

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil que atua pela melhoria da qualidade da educação básica do Brasil. O trabalho do Todos Pela Educação se concentra na formulação e apoio a políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para as crianças e jovens do país. A organização é financiada por recursos privados, sendo o Instituto Península um de seus mantenedores.

- **Atletas pelo Brasil**

A Atletas pelo Brasil é uma organização sem fins lucrativos que atua pela melhoria do esporte do país, pois acredita que ele é a principal ferramenta para o desenvolvimento social do Brasil. A organização reúne atletas e ex-atletas engajados no fomento de políticas públicas esportivas que promovam o acesso ao esporte. O Instituto Península é um de seus mantenedores.

- **Instituto Verdescola**

O Instituto Verdescola é uma organização sem fins lucrativos criada pela sociedade civil que oferece atividades extracurriculares para crianças e jovens da comunidade da Vila do Sahy, em São Sebastião – SP. Tem como foco promover a educação, o desenvolvimento humano, profissional e comunitário por meio de ações socioeducativas e socioambientais. O Instituto Península é um de seus parceiros.

Para executar seus projetos, o Instituto Península conta com recursos provenientes de:

(a) doações voluntárias, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas; **(b)** eventuais rendas provenientes de bens ou de prestação de serviços.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Resumo dos principais projetos--Continuação

Os mantenedores do Instituto Península têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pelo Instituto e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas de investimento.

Com relação à tributação, ressalta-se:

- a) A Lei nº 9.532/1997 condicionou o gozo de imunidade fiscal às entidades sociais e educativas nos seguintes termos:

“Art. 12: Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos”.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes; e
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O superávit do exercício de 2024 será destinado integralmente para custear os projetos do Instituto no exercício de 2025.

O Instituto Península vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Resumo dos principais projetos--Continuação

- b) O Instituto goza de isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em relação às receitas de suas atividades sem fins lucrativos nos termos do Artigo 14 da Medida Provisória no 2.158-35/01.

Acerca da continuidade operacional do Instituto, a Península Participações S.A. concorda incondicionalmente em prestar todo e qualquer apoio financeiro necessário ao Instituto Península pelo menos em um período de doze meses da data dessas demonstrações financeiras para satisfazer todas e quaisquer obrigações, incluindo qualquer serviço da dívida a terceiros e partes relacionadas, à medida que tais valores venham a ser devidos e pagáveis.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) e também se aplica a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto Península no processo de aplicação das políticas contábeis.

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto Península atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto Península. Todas as demonstrações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem espécie em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.4. Ativo circulante e passivo circulante

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade em até 12 meses, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto Península tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.6. Riscos de contingências

Em situações onde se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil desses riscos, a administração do Instituto Península adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, notadamente pelas interpretações conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000 – Resolução nº 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aborda os procedimentos relativos a provisões, passivos e ativos contingentes.

Dentro dessa linha, conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000, em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente.

Em casos raros, como em um processo judicial, por exemplo, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Entidade adota como política do reconhecimento inicial apenas quando:

- a) Tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultados de evento passado;
- b) É provável (isto é, maior probabilidade de sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação; e
- c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Patrimônio social

O patrimônio do Instituto Península é composto de rendas, recursos e eventual resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

2.8. Receita e despesas

As receitas para execução dos programas e projetos e as despesas são contabilizadas com base no regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.9. Receita de doações

As doações, efetuadas de maneira espontânea, são reconhecidas apenas quando recebidas (regime de caixa) em função de sua natureza de imprevisibilidade.

Já os recursos auferidos por força dos diversos projetos e programas operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares, desenvolvidos pelo Instituto Península (elencados na Nota 1.1), são reconhecidos pelo regime de competência, em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontado com os custos e as despesas correspondentes.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a pagar estejam próximos de seu valor justo, considerando os prazos de liquidação. O Instituto Península não possui passivos financeiros decorrentes de captação de recursos.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Instituto Península não tem estimativas contábeis consideradas críticas que possam apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados pelo caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, os quais não estão sujeitos a risco de mudança significativa de valor.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixas e bancos	45.564	11.464
Aplicações financeiras	14.404.933	1.827.318
Total	14.450.497	1.838.782

As aplicações financeiras têm rendimentos do CDI que somaram um montante de R\$ 655.576 em 2024 e R\$ 170.585 em 2023 (Nota 15) e estão devidamente contabilizadas no resultado do exercício. A variação do CDI média no exercício de 2024 foi de 90% à 120%.

6. Depósitos judiciais e provisão para contingências

O Instituto vinha depositando em juízo, os valores relativos ao PIS e as Contribuições Previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento da Entidade desde abril de 2017 para a garantia de Ação Ordinária ajuizada em face da União para assegurar o direito líquido e certo de não se submeter à incidência da contribuição social ao salário educação, à alíquota de 2,5%, tendo como base de cálculo o total das remunerações pagas ou creditadas a seus segurados empregados devido ao cumprimento dos requisitos legais de fruição e com apoio nas Leis nºs 9.424/96, 9.766/98, 11.457/07 e Decreto de Lei nº 6.003/06, bem como o recolhimento das contribuições sociais devidas a terceiros, nos termos do Decreto de Lei nº 1.146/70 e Lei nº 2.613/55 (Incra), na Lei nº 8.029/90 (Sebrae), no Decreto de Lei nº 8.621/46 (Senac) e Decreto de Lei nº 9.853/46 (Sesc).

No entanto, em 16 de dezembro de 2021 foi promulgada a Lei complementar ("LC") nº 187, por meio da qual foram alteradas as exigências para a certificação das entidades beneficentes e os procedimentos referentes à imunidade das contribuições sociais.

Dessa forma, a Entidade se deparou com novas exigências, as quais até então não lhe eram demandadas para o reconhecimento de seu status enquanto entidade beneficente imune às contribuições sociais e passou a recolher as contribuições a partir de julho de 2021, relativas à competência de junho de 2021.

Os processos classificados como risco de perda possível não são provisionados pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade não possuía processos judiciais classificados como perda possível.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos judiciais e provisão para contingências--Continuação

6.1. Depósitos judiciais e contingências

Tributos	2024		2023	
	Depósito	Contingência	Depósito	Contingência
INSS a recolher	3.976.628	3.976.628	3.669.635	3.669.635
Pis sobre salários	156.515	156.515	144.407	144.407
Cofins	234	234	218	218
Total	4.133.377	4.133.377	3.814.260	3.814.260

Os depósitos judiciais e as contingências, estão sendo atualizados mensalmente com base na taxa Selic, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante representou (R\$ 319.117) para depósitos judiciais e para contingências, e para 2023 (R\$ 349.525) para depósitos judiciais e para contingências.

7. Imobilizado

	Taxa	Saldo		Saldo		Saldo		
	Depr.	em 2022	Adições	Depr.	em 2023	Adições	Depr.	em 2024
Máquinas e equipamentos	10%	848	-	(139)	709	17.851	(1.767)	16.793
Móveis e utensílios	10%	-	11.589	(290)	11.299	-	(1.159)	10.140
Equipamentos de processamento de dados	20%	156.242	36.366	(53.430)	139.178	7.265	(49.795)	96.648
Total de imobilizado		157.090	47.955	(53.859)	151.186	25.116	(52.721)	123.581

8. Contas a pagar

As obrigações com fornecedores de bens e serviços são reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente e observam o regime de competência, com vencimento no curto prazo, a serem liquidadas no mês subsequente.

	2024	2023
Instituto Superior de Educação de São Paulo (i)	-	1.100.000
Barbosa, Mussnich & Aragão	233.494	-
Todos pela Educação	68.500	-
Dell Computadores do Brasil	31.335	-
Hotel Marco Internacional	21.818	-
Originais Distribuidora de Brindes	13.137	-
Alberto Martuscelli Junior	8.800	-
Outros	36.441	77.488
Total	413.525	1.177.488

(i) Instituto Superior de Educação São Paulo (Isesp) é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o ensino de educação superior voltado para a formação de professores. O Instituto Península é o mantenedor da entidade.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS a recolher	287.128	195.669
Imposto de renda retido na fonte	113.280	91.395
FGTS a recolher	101.709	71.715
Outros impostos a recolher	27.979	15.703
Total	<u>530.096</u>	<u>374.482</u>

10. Patrimônio social

Conforme Estatuto Social, o Instituto Península deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu patrimônio. Dessa forma, eventual superávit apurado, após compensação do déficit acumulado, deverá ser integralmente incorporado ao patrimônio social.

11. Receitas para execução de programas e projetos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contribuições - Grupo Península	39.622.976	23.334.307
Instituto Lemann	1.000.000	1.000.000
Instituto Natura	1.000.000	1.000.000
Fundação Telefônica	1.000.000	1.000.000
B3 Social (Instituto Bm&Fbovespa)	600.000	850.000
Fundação Itaú Social	750.000	750.000
Fundação Lucia e Pelerson Penido - FLPP	460.000	400.000
Instituto Unibanco	250.000	250.000
Outros	95.221	345.969
Total	<u>44.778.197</u>	<u>28.930.276</u>

12. Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto Península identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes para diretor-presidente, diretores e conselheiros e pelo valor justo da prestação de serviços para assessoria e consultoria *pro bono* e estão assim sumarizados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Diretoria estatutária	132.295	128.397
Assessoria e consultoria (<i>pro bono</i>)	-	41.466
Conselho de administração	23.448	27.308
Total	<u>155.743</u>	<u>197.171</u>

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Serviços voluntários--Continuação

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit/déficit do exercício.

13. Custos operacionais

Custos para execução de programas e projetos

	2024	2023
Doações (a)	(14.815.443)	(16.993.279)
Salários e remunerações (c)	(3.858.438)	(3.658.807)
Assessoria e consultoria (c)	(4.977.170)	(2.996.755)
Viagens (c)	(1.704.675)	(1.762.892)
Encargos trabalhistas (c)	(1.311.864)	(1.210.081)
Outros custos administrativos (b)/(c)	(1.207.165)	(947.592)
Benefícios (c)	(1.055.647)	(831.554)
	(28.930.402)	(28.400.960)

- a) O Estatuto Social define que, para a realização do seu objeto social, o Instituto Península poderá, entre outras formas, apoiar, inclusive financeiramente, projetos e programas desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos ou econômicos que sejam condizentes com as finalidades sociais do Instituto Península.

	2024	2023
Instituto Superior de Educação de São Paulo (ISESP)	(11.850.741)	(14.842.430)
Núcleo De Alto Rendimento Esportivo De São Paulo	(1.230.000)	(500.000)
Atletas Pelo Brasil	(350.000)	(350.000)
Instituto Verde escola	(250.000)	(250.000)
Outros	(1.136.726)	(1.052.872)
Total Geral	(14.815.443)	(16.993.279)

- b) Entre a rubrica outros custos administrativos em 2024 o valor de depreciação era de R\$ 52.721 e em 2023 R\$ 53.859.
- c) A seguir apresentamos a abertura dos custos segregados por projetos:

Projetos 2024	Salários e Remunera- ções	Assessoria consultoria	Viagens	Encargos trabalhistas	Outros custos Administrativos	Benefícios	Total
Profissão Docente	(2.493.153)	(2.137.842)	(1.180.054)	(859.85)	(498.771)	(722.242)	(7.891.747)
Plataformas	(743.950)	(1.209.921)	(63.686)	(226.658)	(109.978)	(265.875)	(2.620.068)
Advocacy Educação	(271.252)	(527.513)	(317.849)	(89.703)	(368.147)	(43.972)	(1.618.436)
Singularides	-	(696.880)	(23.362)	-	(1.424)	-	(721.666)
Advocacy Esporte	(155.102)	(116.157)	(103.007)	(66.702)	(12.682)	(12.274)	(465.924)
Pesquisa	(109.227)	(228.113)	(362)	(38.673)	-	(11.284)	(387.659)
Instituto Península - Projetos	-	(58.744)	(10.246)	-	(131.017)	-	(200.007)
Corporativo	(85.754)	-	-	(30.443)	-	-	(116.197)
Projeto Península 50	-	(2.000)	(6.109)	-	(85.146)	-	(93.255)
	(3.858.438)	(4.977.170)	(1.704.675)	(1.311.864)	(1.207.165)	(1.055.647)	(14.114.959)

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas gerais e administrativas

14.1. Despesas com pessoal

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Benefícios a funcionários	(303.164)	(250.929)
Salários e ordenados	(1.310.877)	(155.672)
Encargos trabalhistas	(464.380)	(134.590)
Outras despesas com pessoal	(900)	(1.497)
	<u>(2.079.321)</u>	<u>(542.688)</u>

14.2. Despesas administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços prestados por terceiros	(749.732)	(1.400.049)
Viagens, refeições e transportes	(102.524)	(158.667)
Outras despesas administrativas	(79.274)	(82.260)
Honorários advocatícios	(577.335)	(392.198)
	<u>(1.508.865)</u>	<u>(2.033.174)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Multas	(6.233)	-
IOF	(2.591)	-
Juros passivos	(1.348)	(1.775)
Variação cambial passiva	(330)	(184)
Outras despesas financeiras	-	(14)
	<u>(10.502)</u>	<u>(1.973)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento aplicação financeira (Nota 5)	655.576	170.585
Outras receitas financeiras	-	9
	<u>655.576</u>	<u>170.594</u>
	<u>645.074</u>	<u>168.621</u>

16. Seguros

A política da Entidade é de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em face dos riscos de danos materiais. O valor segurado contratado em 31 de dezembro de 2024 é considerado suficiente para cobrir eventual risco de sinistro.

Riscos cobertos pela apólice:

- Seguradora: Tóquio Marine Seguradora
- Ocupação: Escritório e demais
- Valor segurado: R\$ 23.500.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente, e conseqüentemente, não foram auditadas.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros

A administração da Entidade adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real. A Entidade está exposta a risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a administração adotou para o cenário provável as taxas de juros e preço da ação de 31 de dezembro de 2024. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2024.

<u>Exposição patrimonial</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>I. Provável</u>	<u>II. 50%</u>	<u>III. 25%</u>	<u>IV. -25%</u>	<u>V. -50%</u>
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	14.404.933	CDI	10,82%	16.742.854	16.353.200	15.573.893	15.184.240

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Entidade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	2024	2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (Nota 5)	14.404.933	1.827.318

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável foi utilizado o CDI médio de 10,82%.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Índice	I. Provável	II. 50%	III. 25%	IV. -25%	V. -50%
Aplicações financeiras (Nota 5)	14.404.933	CDI	10,82%	1.558.614	2.337.921	1.948.267	1.168.960	779.307

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Entidade está exposta ao risco de crédito em suas atividades de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

A Entidade possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, ratings e critérios de liquidez.

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Utilizamos a hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Entidade.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição a seguir demonstra ativos financeiros da Entidade e a classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

Ativos	Nível da hierarquia	2024	2023
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado – Aplicação financeira (Nota 5)	2	14.404.933	1.827.318
Total		14.404.933	1.827.318

18. Aspectos tributários e renúncia fiscal

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para atender às orientações da norma ITG 2002, a administração do Instituto avaliou a mensuração e divulgação dos valores da renúncia fiscal decorrentes das isenções de impostos e contribuições concedidos ao Instituto.

Com relação ao imposto de renda e à contribuição social, a administração concluiu ser impraticável a mensuração dessas obrigações como se devidas fossem, pois embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (Lucro ou Prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto. Adicionalmente, o Instituto goza de isenção conforme a Lei nº 9.532/1997 mencionada na Nota Explicativa nº 1.1 item a.

19. Eventos subsequentes

Como plano de ação da administração da entidade os mantenedores do Instituto Península têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pelo Instituto conforme Nota Explicativa nº 1.1.

Em 14 de novembro de 2024, foi formalizado o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças da mantenedora do Instituto Singularidades para a Cogna, com a expectativa de que, no segundo semestre de 2025, a Cogna assumirá oficialmente a controle do Instituto, que passará a ser denominado Singularidades. Essa transferência representa um importante marco na trajetória da instituição, proporcionando novas oportunidades de crescimento e inovação no setor educacional.

Instituto Península

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Eventos subsequentes--Continuação

A transferência da mantenedora tem como objetivo garantir o fortalecimento da atuação do Instituto Singularidades. A Cogna, uma das maiores empresas educacionais do país, com um portfólio diversificado de instituições de ensino, reconheceu a excelência e a relevância do modelo pedagógico do Instituto, buscando potencializar seu impacto e expandir suas operações no mercado educacional.

A transferência de mantenedora não trará mudanças imediatas nas atividades acadêmicas, cursos oferecidos, ou na metodologia de ensino. Alunos e colaboradores podem continuar a contar com o alto padrão educacional do Instituto. Eventuais mudanças que possam ocorrer como parte da integração serão comunicadas de forma clara e transparente, de modo a garantir o contínuo sucesso da instituição.